



CERTIDÃO

----- **FERNANDA NATÁLIA LOPES PEREIRA, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES:** -----

----- CERTIFICA, que a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, em sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, entre outras, tomou a seguinte deliberação:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO 2021”

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal submeteu à apreciação e votação do plenário o assunto supramencionado, conforme certidão infra transcrita emitida e enviada pelo executivo municipal, na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária de 2022-06-20, previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal: -----

“CERTIDÃO

João Carlos Quinteiro Nunes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, CERTIFICA que, na reunião ordinária da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, realizada a 2022-06-20, foi apreciado, discutido e votado o seguinte assunto: -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO DE 2021

Documentos em apreciação:

(Doc.1)

Documentos de prestação de contas consolidadas, a 31 de dezembro de 2021, com a seguinte composição:

- *Relatório de Gestão Consolidado;* -----
- *Demonstrações Financeiras consolidadas;* -----
- *Anexo às demonstrações Financeiras Consolidadas;* -----
- *Certificação Legal de Contas.* -----

Os documentos acima mencionados, devidamente rubricados pelos membros da Câmara Municipal, fazem parte integrante da ata, ficando arquivados na respetiva pasta de documentos. -----

Deliberação: *A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou o seguinte:* -----

1. *Aprovou os documentos de prestação de contas consolidados, devendo os mesmos ser presentes à Assembleia Municipal;* -----

(Aprovado em minuta)

Paços do Município de Carrazeda de Ansiães, aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. -----

O Chefe da DAF -----

João Carlos Quinteiro Nunes”. -----



DELIBERAÇÃO: Após apreciação e votação, a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, por maioria, com 22 votos a favor e 5 votos contra dos membros: (Graça Martins, Marco Azevedo Fernandes, Otilia Lage, Gilberto Pinto e Ricardo Samorinha, registando-se, neste momento, 2 faltas dos membros (Hugo Alves e Alexandre Quinteiro), aprovou a **"Prestação de Contas Consolidadas / Ano 2021"**, nos termos aprovados e propostos pela Câmara Municipal. -----

O Grupo de Cidadãos eleitos com a designação "Unidos por Carrazeda", apresentou a declaração de voto que infra se transcreve: -----

"Nós, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo movimento independente Unidos por Carrazeda analisámos os documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas para o ano de 2021 e, de um modo geral, as dúvidas e situações pouco claras constantes nas contas individuais do Município persistem.

Não nos iremos repetir no detalhe, no entanto há pontos base, também aflorados pelo Revisor Oficial de Contas, para os quais temos o dever de os mencionar e expor: -----

- No ativo, as Participações Financeiras valorizadas em 1,25 milhões de euros e com saldo parado desde 2020 são recuperáveis? -----
- Em Outras Contas a Receber o saldo de 1,838 milhões de euros referem-se a Águas de Carrazeda, cuja empresa apresenta capitais próprios negativos. Por prudência, dever-se-ia criar uma imparidade. -
- Também por prudência, o Passivo deveria refletir uma provisão para processos judiciais em curso. ---
- A não existência de cadastro de imobilizado para os 35,7 milhões de euros, referentes a Ativos Fixos Tangíveis, pondo em dúvida a real e correta mensuração dos mesmos e respetiva depreciação que em 2021 ascendeu a 2,25 milhões de euros. -----
- Grande parte do Passivo das contas consolidadas refere-se a Diferimentos, com mais de 9,6 milhões de euros, sendo que estes estão associados a Ativos Fixos Tangíveis já em uso, deviam estar registados em património líquido e serem depreciados à taxa legal. -----
- Tal como na Demonstração de Fluxos de Caixa individual, também no consolidado estão registados pagamentos respeitantes a propriedades de investimento num total de 1.740.630€, sendo que não existem Propriedades de Investimento no Balanço consolidado. -----

Como na anterior sessão de Assembleia Municipal não foram explicitadas algumas questões, permitam-nos que reforce as seguintes: -----

- A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a maior em termos de gastos, registou um aumento significativo de 2020 para 2021, de cerca de 50%, para um total de 3.872.304,86€! Sendo que o Anexo e o Relatório de Gestão ocultam e não detalham esta rubrica, questiono: - Como se justifica esta variação atípica? -----

- No passivo, não estão registados financiamentos correntes, apenas em não corrente, ou seja, estão a indicar que não serão liquidadas prestações em 2022. Todas os empréstimos têm carência até 2023? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Mais uma vez reiteramos, todas as rubricas com saldos em 2021 ou 2020 têm obrigatoriamente de ter nota e detalhe no Anexo, ainda para mais numa entidade em que as suas contas são de consulta pública, deveríamos ter maior transparência, rigor e vontade em informar descritivamente os munícipes, neste caso concreto através do Anexo e do Relatório de Gestão, algo que não acontece também nestas contas consolidadas. -----

Face ao exposto, e como o consolidado é reflexo das contas individuais do Município juntamente com a entidade Ensinansiães, tal como aconteceu na Prestação de Contas individuais, mantemos a intenção de votar Contra a Prestação de Contas de Consolidadas de 2021. -----

Os Membros do Movimento Independente Unidos Por Carrazeda”

Ricardo Samorinha, Maria da Graça Matos de Castro Martins, Gilberto Pinto, Marco Fernandes, Otilia Lage”. -----

(Aprovado em minuta)

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, passo a presente certidão que dato, assino e autentico com o carimbo a óleo nesta Assembleia Municipal. -----

----- Carrazeda de Ansiães, Paços do Município, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. -----

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,

TERNANDA NATÁLIA LOPES PEREIRA

Fernanda Natália Lopes Pereira





Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

CERTIDÃO

João Carlos Quinteiro Nunes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, CERTIFICA que, na reunião ordinária da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, realizada a 2022-06-20, foi apreciado, discutido e votado o seguinte assunto: -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO DE 2021

Documentos em apreciação: -----

(Doc.1) -----

Documentos de prestação de contas consolidadas, a 31 de dezembro de 2021, com a seguinte composição: -----

- Relatório de Gestão Consolidado; -----
- Demonstrações Financeiras consolidadas; -----
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas; -----
- Certificação Legal de Contas. -----

Os documentos acima mencionados, devidamente rubricados pelos membros da Câmara Municipal, fazem parte integrante da ata, ficando arquivados na respetiva pasta de documentos. -----

Deliberação: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou o seguinte: -----

1. Aprovou os documentos de prestação de contas consolidados, devendo os mesmos ser presentes à Assembleia Municipal; -----

(Aprovado em minuta)

Paços do Município de Carrazeda de Ansiães, aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois.

O Chefe da DAF

João Carlos Quinteiro Nunes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES
PRESENTE EM SESSÃO DE

22/06/22

15912311



I – Relatório de Gestão Consolidado

31 de dezembro de 2021

Presente em Reunião
de Câmara de 2021/06/27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES
PRESENTE EM SESSÃO DE
2021/06/27



1 - Enquadramento Geral

A consolidação de contas nos municípios surge como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

A consolidação permite, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal a uma consolidação por setor de atividade, uma avaliação das políticas públicas locais.

Dado que qualquer processo de consolidação de contas está intimamente ligado à qualidade da informação contabilística fornecida pelos diversos organismos a integrar na consolidação, o desenvolvimento da contabilidade pública e da contabilidade autárquica a nível nacional contribui para a normalização e uniformização da prática contabilística e, conseqüentemente, para a melhoria da informação contabilística produzida pelas diferentes entidades públicas.



2 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

A Ensinansiaes - Ensino Técnico Profissional - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na Criação e Gestão do funcionamento de uma Escola Profissional.

3 – Método de Consolidação

O método de consolidação adotado pelo município de Carrazeda de Ansiães foi o de consolidação integral, o qual consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos do Balanço e da Demonstração de Resultados da entidade consolidada.

4 – Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada

O Município de Carrazeda de Ansiães como entidade-mãe é responsável pela apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas que se seguem afiguram, estruturadamente, a posição e o desempenho do grupo municipal, ao proporcionar a informação financeira em resultado das atividades desenvolvidas durante o ano 2021.

4.1 – Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data do encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.



Balço Consolidado	2021	2020
Ativo Líquido	42 825 396	42 577 637
Ativo Fixo Tangível	35 723 629	36 825 267
Outros ativos não correntes	3 088 269	3 095 215
Inventários	176 207	200 019
Dívidas de Terceiros	231	61 008
Diferimentos	41 304	838
Disponibilidades	3 795 756	2 395 290
Passivo	11 118 146	10 174 465
Financiamentos obtidos	360 532	512 692
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	580 737	461 095
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	481 822	560 849
Diferimentos	9 695 056	8 639 830
Património Líquido	31 707 250	32 403 172
Património/Capital	8 765 590	8 765 590
Reservas	1 041 576	1 041 576
Resultados transitados	21 371 720	22 860 416
Interesses minoritários	0	0
Outras variações no Património Líquido	2 580 904	1 224 286
Resultado líquido do período	-2 052 540	-1 488 697

A principal componente do ativo consolidado corresponde ao Ativo Fixo Tangível, que absorve cerca de 83% do total do seu valor, bem demonstrativa da importância do respetivo agregado no grupo municipal

Por outro lado, o ativo corrente representa cerca de 9% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros, diferimentos e disponibilidades. A exemplo do verificado no exercício anterior, a rubrica das disponibilidades continua a ser predominante no ativo corrente.

Relativamente ao Passivo consolidado do Município, salienta-se o seu aumento no valor de 943.681 euros, a qual resulta essencialmente do aumento dos diferimentos.



4.2 – Análise da Demonstração dos Resultados

Demonstração de Resultados Consolidada	2021	2020
Custos e Perdas	10 472 018	8 960 399
Total dos Custos Operacionais	10 470 304	8 958 559
Total dos Custos Financeiros	1 714	1 840
Proveitos e Ganhos	8 419 478	7 471 702
Total de Proveitos Operacionais	8 418 686	7 470 770
Total de Proveitos Financeiros	791,51	932,17
Resultado Líquido do Exercício	-2 052 540	-1 488 697

Em resultado da atividade desenvolvida pelo grupo público municipal em 2021 foi originado um resultado líquido negativo de 2.052.540 euros originário de um total de proveitos de 8.419.478 euros e de custos incorridos de 10.472.018 euros.

4.3 – Indicadores de Gestão

No quadro em baixo encontram-se os principais indicadores de Gestão do Grupo Económico municipal para o exercício de 2021.

Indicadores Financeiros	2021	2020
Grau de Autonomia Financeira	0,74	0,76
Grau de Solvabilidade	2,88	3,22
Coefficiente de Dependência	0,35	0,31
Liquidez Geral	8,22	4,77
Liquidez Reduzida	7,86	4,40
Liquidez Imediata	7,86	4,40

Os principais indicadores financeiros revelam um elevado grau de independência do município face aos seus credores e boa capacidade da entidade em resolver os compromissos assumidos perante terceiros.



[Handwritten signature]

II – Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de dezembro de 2021

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*



1 – Balanço Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	35 723 629	36 825 267
Propriedades de investimento	0	0
Ativos intangíveis	0	6 946
Participações financeiras	1 249 382	1 249 382
Outros ativos financeiros	1 838 887	1 838 887
Total Ativo não corrente	38 811 898	39 920 482
Ativo corrente		
Inventários	176 207	200 019
Ativos biológicos	0	0
Devedores por transferências e subsídios	0	0
Devedores por empréstimos bonificados	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	231	231
Outras contas a receber	0	60 777
Diferimentos	41 304	838
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros ativos financeiros	0	0
Caixa e depósitos	3 795 756	2 395 290
Total Ativo corrente	4 013 498	2 657 155
Total Ativo	42 825 396	42 577 637
Património Líquido		
Património/Capital	8 765 590	8 765 590
Outros instrumentos de capital próprio	0	0
Prémios de emissão	0	0
Reservas	1 041 576	1 041 576
Resultados transitados	21 371 720	22 860 416
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0
Excedentes de revalorização	0	0
Outras variações no Património Líquido	2 580 904	1 224 286
Resultado líquido do período	-2 052 540	-1 488 697
Interesses que não controlam	0	0
Total Património Líquido	31 707 250	32 403 172
Passivo não corrente		
Provisões	0	0
Financiamentos obtidos	360 532	512 692
Fornecedores de investimentos	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0
Diferimentos	9 634 182	8 578 957
Outras contas a pagar	580 737	461 095
Total Passivo não corrente	10 575 451	9 552 743
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios concedidos	0	0
Fornecedores	48 213	74 133
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	22 381	23 395
Financiamentos obtidos	0	0
Fornecedores de investimentos	0	30 941
Outras contas a pagar	411 229	432 379
Diferimentos	60 874	60 874
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	0
Total Passivo corrente	542 696	621 723
Total Passivo	11 118 146	10 174 465
Total Património Líquido e Passivo	42 825 396	42 577 637

**2 – Demonstração de Resultados Consolidados**

	31/12/2021	31/12/2020
RENDIMENTOS E GASTOS		
Impostos e taxas	786 096	736 107
Vendas	5 907	4 825
Prestações de serviços	590 931	492 191
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	6 425 831	5 990 895
Variação nos inventários da produção	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-156 302	-180 995
Fornecimentos e serviços externos	-3 877 522	-2 595 792
Gastos com pessoal	-2 735 066	-2 858 882
Transferências e subsídios concedidos	-1 450 688	-1 212 482
Prestações sociais	0	0
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0
Outros rendimentos e ganhos	609 921	246 753
Outros gastos e perdas	-601	-18 434
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	198 507	604 185
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 250 125	-2 091 974
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-2 051 618	-1 487 789
Juros e rendimentos similares obtidos	792	932
Juros e gastos similares suportados	-1 714	-1 840
Resultado antes de impostos	-2 052 540	-1 488 697
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	-2 052 540	-1 488 697



3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	599 996	498 939
Recebimentos de contribuintes	743 277	688 190
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	6 425 831	5 990 895
Recebimentos de utentes	43 587	48 433
Pagamentos a fornecedores	-1 706 695	-2 821 520
Pagamentos ao pessoal	-2 735 055	-2 785 308
Pagamentos de transferências e subsídios	-1 151 134	-1 016 902
Caixa gerada pelas operações	2 219 807	602 729
Outros recebimentos/pagamentos	1 358 364	2 235 013
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 578 172	2 837 741
Fluxos de caixa das atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 756 438	-3 494 619
Ativos intangíveis	0	0
Propriedades de Investimento	-1 740 630	0
Investimentos financeiros	0	-16 389
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Propriedades de Investimento	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Transferências de capital	1 361 844	1 224 286
Juros e rendimentos similares	0	0
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das atividades operacionais (b)	-2 135 224	-2 286 722
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	172 080	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	-5 226	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	792	932
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-208 413	-152 047
Juros e gastos similares	-1 714	-1 840
Dividendos	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades financiamento (c)	-42 481	-152 955
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1 400 466	398 064
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 395 290	1 997 226
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 795 756	2 395 290



III – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de dezembro de 2021



1 – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação

Síntese das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Entidades Participadas	Sede Social	Atividade Principal	% Capital detido em 2021
ENSINANSIÃES - Ensino Técnico Profissional Cooperativo I.P Lda.	Carrazeda de Ansiães	Criação e Gestão do funcionamento de uma Escola Profissional	99,43%

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 1, correspondente a um contabilista certificado em regime de prestação de serviços.

2 – Entidades excluídas da consolidação

Não existem participações excluídas da consolidação.

3 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para este efeito, as demonstrações financeiras individuais das empresas municipais foram refeitas de forma a permitir a comparabilidade, a agregação e a anulação de saldos.

4 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.



5 – Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo

O quadro em baixo apresenta a desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo:

Código / Descrição as Contas	Nº	Valor
Município de Carrazeda de Ansiães	1	360 532
Financiamentos obtidos		
ENSINANSIÃES - Ensino Técnico Profissional Cooperativo I.P Lda	2	0
Total	3 = 1 + 2	360 532
Eliminação de créditos / Dividas recíprocas	4	0
Grupo Público Consolidado	5 = 3 - 4	360 532

6 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

No mapa seguinte apresentam-se os saldos e os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades no exercício de 2021:

i) Fluxos financeiros relativos a obrigações / pagamentos:

Tipo de Fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6 = (2 + 3) - (4 + 5)
Transferências	0	0	0	0	0
Relações Comerciais	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

ii) Fluxos financeiros relativos a direitos / recebimentos

Tipo de Fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6 = (2 + 3) - (4 + 5)
Transferências	0	0	0	0	0
Relações Comerciais	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0



7 – Informações relativas a compromissos

Nada a reportar.

8 – Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação. Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados.

Ativo Fixo Tangível

Os bens do ativo fixo tangível são mensurados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, incluindo o IVA não dedutível, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

Dívidas a Terceiros

As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.



Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Rédito

O rédito está mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.



Subsídios à Exploração

São contabilizados na conta de Subsídios à exploração atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para os quais existe já fortes expetativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património
- Provisões das dívidas a receber
- Provisões para riscos e encargos



- Estimativa de Férias e Subsídio de Férias
- Proveitos a receber de projetos participados
- Subsídios a receber de terceiras entidades
- Taxas a receber de terceiros.

9 – Informações relativas a determinadas rubricas

9.1 – Movimentos ocorridos no Ativo Fixo Tangível

A/C	Valor Bruto	31/12/2020	Aquisições	Abates/ Alienações	Anulações	Transferências	31/12/2021
430	Bens de domínio publico, património histórico, artístico e cultural	29 331 163	23 243	0	0	102 178	29 456 584
4301	Terrenos e recursos naturais	611 927	0	0	0	0	611 927
4302	Edifícios e outras construções	26 336 544	1 979	0	0	102 178	26 440 701
4303	Infraestruturas	1 732 130	0	0	0	0	1 732 130
4304	Património histórico, artístico e cultural	650 562	21 264	0	0	0	671 826
431	Terrenos e recursos naturais	2 614 008	0	0	0	0	2 614 008
432	Edifícios e outras construções	20 766 943	0	0	0	19 416	20 786 359
4321	Habitaciones e edificações para serviços	4 359 347	0	0	0	0	4 359 347
4329	Outros	16 407 596	0	0	0	19 416	16 427 013
433	Equipamento básico	598 358	58 646	0	0	0	657 004
434	Equipamento de transporte	1 176 864	24 559	-42 681	0	0	1 158 742
435	Equipamento administrativo	1 218 348	42 698	-1 772	0	0	1 259 274
437	Outros activos fixos tangíveis	385 139	9 153	0	0	0	394 291
	Ativo Fixo Tangível	56 090 823	158 298	-44 453	0	121 594	56 326 263

A/C	Valor Bruto	31/12/2020	Aquisições	Abates/ Alienações	Anulações	Transferências	31/12/2021
4531	Terrenos e Recursos Naturais	710 313	0	0	0	0	710 313
4532	Edifícios e Outras Construções	7 152 806	3 257 385	0	-2 274 142	-121 594	8 014 455
	Ativo Fixo Tangível	7 863 119	3 257 385	0	-2 274 142	-121 594	8 724 768

63 953 942	3 415 683	-44 453	-2 274 142	0	65 051 030
-------------------	------------------	----------------	-------------------	----------	-------------------



A/C	Amortizações Acumuladas	31/12/2020	Aumentos	Abates/ Alienações	31/12/2021
4380	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-16 467 687	-1 664 587	0	-18 132 275
43801	Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
43802	Edifícios e outras construções	-14 932 237	-1 625 370	0	-16 557 608
43803	Infraestruturas	-1 293 554	-38 269	0	-1 331 823
43804	Património histórico, artístico e cultural	-241 896	-948	0	-242 845
4381	Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
4382	Edifícios e outras construções	-7 823 030	-433 147	0	-8 256 177
438291	Habitagens e edificações para serviços	-1 958 194	-150 954	0	-2 109 148
438299	Outros	-5 864 836	-282 193	0	-6 147 029
4383	Equipamento básico	-521 230	-22 019	0	-543 249
4384	Equipamento de transporte	-917 438	-58 700	42 681	-933 458
4385	Equipamento administrativo	-1 070 412	-57 453	1 772	-1 126 093
4387	Outros ativos fixos tangíveis	-328 877	-5 927		-334 804
	Total	-27 128 674	-2 241 833	44 453	-29 326 055

9.2 – Dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado

As dívidas a terceiros reportados a 31 de dezembro de 2021 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

Dívidas a Terceiros	Município de Carrazeda	Ensinansiães	Total
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	360 532	0	360 532
Diferimentos	9 634 182	0	9 634 182
Outras contas a pagar	580 737	0	580 737
Total Passivo não corrente	10 575 451	0	10 575 451
Passivo corrente			
Fornecedores	47 985	228	48 213
Estado e outras entes públicos	22 371	10	22 381
Outras contas a pagar	411 229	0	411 229
Diferimentos	0	60 874	60 874
Total Passivo corrente	481 585	61 111	542 696



9.3 – Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços

O valor consolidado das Vendas e Prestações de serviços, repartido por categoria de atividade e o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	Município de Carrizada	Ensinâncias	Total
Vendas Produtos acabados e intermédios	5 907	0	5 907
Resíduos sólidos	154 542	0	154 542
Cemitérios	2 255	0	2 255
Serviços recreativos	40 160	0	40 160
Renda Exploração do bar da Piscina Descoberta	1 470	0	1 470
Concessão de Exploração	386 685	0	386 685
Rendas de Habitação	4 811	0	4 811
Outros	1 010	0	1 010
Total	596 838	0	596 838



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

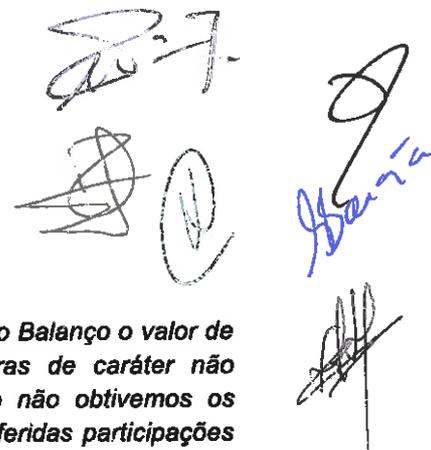
Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Carrazeda de Ansiães (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 42.825.396 euros e um total de Património Líquido de 31.707.250 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.052.540 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas em “A”, “B”, “C” e “D” e aos efeitos das matérias referidas em “E”, “F” e “G” apresentados na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

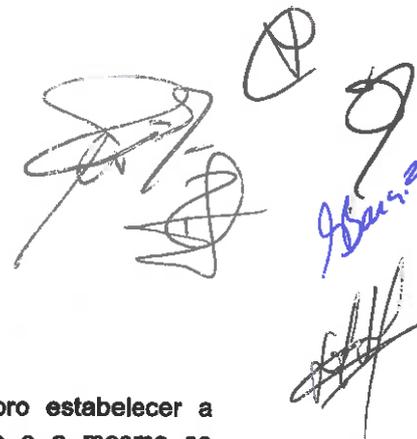
- a) *O Município não dispõe de uma inventariação dos Ativos Fixos Tangíveis que permita efetuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade, mensuração e vidas úteis. Em resultado desse facto não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor da rubrica de “Ativos fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço, a qual a 31 de dezembro de 2021 totaliza 35.723.629 euros bem como, sobre o montante de 2.250.125 euros respeitantes ao saldo da rubrica de “Gastos/reversão de depreciação e amortizações do exercício” que consta da Demonstração consolidada dos Resultados por Natureza.*
- b) *A rubrica de “Outros Ativos Financeiros” regista o valor 1.838.887 euros referente a uma dívida da empresa “Águas de Carrazeda, S.A.”. Verificamos pelas últimas demonstrações financeiras (2019) da empresa “Águas de Carrazeda, S.A.”, que esta apresenta Capitais Próprios negativos. O Município não constituiu provisão para fazer face ao crédito concedido no valor de 1.838.887 euros à “Águas de Carrazeda, S.A.”, pelo que em 31 de dezembro de 2021, o valor da rubrica de “Outros Ativos Financeiros não correntes” e o “Património Líquido” encontram-se sobreavaliado naquele montante.*



- c) *Encontra-se reconhecido na rubrica de "Participações financeiras" do Balanço o valor de 1.249.129 euros, respeitantes a diversas participações financeiras de carácter não qualificado, detidas pelo Município. À data do presente relatório não obtivemos os elementos necessários para aferir sobre o valor recuperável das referidas participações financeiras.*
- d) *Em 31 de dezembro de 2021, o Município evidencia nas suas demonstrações financeiras Diferimentos no montante de 9.634.182 euros referente ao diferimento de proveitos relativos a subsídios ao investimento, cujos montantes já foram recebidos. No seguimento da NCP 14, os subsídios ao investimento associados a ativo fixo tangível já em uso devem ser transferidos para o Património Líquido e deverá ser reconhecido em resultados durante a vida útil dos bens subsidiados. À presente data não obtivemos elementos suficientes que nos permitam quantificar o efeito desta situação.*
- e) *No decurso do trabalho efetuado, verificamos que o Município poderá incorrer em responsabilidades futuras relativas a processos judiciais em curso no montante de, pelo menos, 724.668 euros para as quais não foi constituída qualquer provisão. Em resultado desta situação, com referência a 31 de dezembro de 2021, concluímos que o Passivo se encontra subavaliado em 724.668, por contrapartida de uma sobreavaliação do Património Líquido naquele mesmo montante.*
- f) *Verificamos que se encontra reconhecido na rubrica de "Pagamentos - Propriedades de investimento" na Demonstração do Fluxos de caixa, o montante de 1.740.630 euros que respeita a pagamentos efetuados no período relativo à aquisição de Ativos Fixos tangíveis.*
- g) *Verificamos que o montante de 1.055.266 euros recebido em 2021 relativo a Subsídios ao investimento foi apresentado na Demonstração do Fluxos de caixa de 2021 como "Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)". Consideramos que este influxo financeiro deveria ser refletivo nos "Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)"*

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Apesar do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade de gestão e o mesmo se encontrar formalmente implementado, não obtivemos evidência sobre a sua operacionalidade e fornecimento das informações relevantes com carácter oportuno.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas(e)

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão (e) nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade. (f)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 17 de junho de 2022

Assinado por: **PEDRO ALEXANDRE MORAIS DOS
SANTOS**
Num. de Identificação: 11965929
Data: 2022.06.17 17:41:41+01'00'

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.
Representada por Pedro Morais dos Santos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2022

2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - ANO 2021

Nós, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo movimento independente Unidos por Carrazeda analisámos os documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas para o ano de 2021 e, de um modo geral, as dúvidas e situações pouco claras constantes nas contas individuais do Município persistem.

Não nos iremos repetir no detalhe, no entanto há pontos base, também aflorados pelo Revisor Oficial de Contas, para os quais temos o dever de os mencionar e expor:

- No ativo, as Participações Financeiras valorizadas em 1,25 milhões de euros e com saldo parado desde 2020 são recuperáveis?
- Em Outras Contas a Receber o saldo de 1,838 milhões de euros referem-se a Águas de Carrazeda, cuja empresa apresenta capitais próprios negativos. Por prudência, dever-se-ia criar uma imparidade.
- Também por prudência, o Passivo deveria refletir uma provisão para processos judiciais em curso.
- A não existência de cadastro de imobilizado para os 35,7 milhões de euros, referentes a Ativos Fixos Tangíveis, pondo em dúvida a real e correta mensuração dos mesmos e respetiva depreciação que em 2021 ascendeu a 2,25 milhões de euros.
- Grande parte do Passivo das contas consolidadas refere-se a Diferimentos, com mais de 9,6 milhões de euros, sendo que estes estão associados a Ativos Fixos Tangíveis já em uso, deviam estar registados em património líquido e serem depreciados à taxa legal.
- Tal como na Demonstração de Fluxos de Caixa individual, também no consolidado estão registados pagamentos respeitantes a propriedades de investimento num total de 1.740.630€, sendo que não existem Propriedades de Investimento no Balanço consolidado.



(Handwritten marks and signatures)

Como na anterior sessão de Assembleia Municipal não foram explicitadas algumas questões, permitam-nos que reforce as seguintes:

- A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a maior em termos de gastos, registou um aumento significativo de 2020 para 2021, de cerca de 50%, para um total de 3.872.304,86€! Sendo que o Anexo e o Relatório de Gestão ocultam e não detalham esta rubrica, questiono: - Como se justifica esta variação atípica?
- No passivo, não estão registados financiamentos correntes, apenas em não corrente, ou seja, estão a indicar que não serão liquidadas prestações em 2022. Todas os empréstimos têm carência até 2023?

Mais uma vez reitero, todas as rubricas com saldos em 2021 ou 2020 têm obrigatoriamente de ter nota e detalhe no Anexo, ainda para mais numa entidade em que as suas contas são de consulta pública, deveríamos ter maior transparência, rigor e vontade em informar descritivamente os munícipes, neste caso concreto através do Anexo e do Relatório de Gestão, algo que não acontece também nestas contas consolidadas.

Face ao exposto, e como o consolidado é reflexo das contas individuais do Município juntamente com a entidade Ensinansiães, tal como aconteceu na Prestação de Contas individuais, mantemos a intenção de votar Contra a Prestação de Contas de Consolidadas de 2021.

Os Membros do Movimento Independente Unidos Por Carrazeda

*Miguel Sousa
Favor da aprovação de Contas Particulares
C. Bernd Quint
[Signature]*

